

## 2.

### A Constituição da venerável Ordem Terceira da Penitência do Padre Seráfico de São Francisco do Recife

Contava o mundo 5588 anos de sua criação, gloriava-se o gênero humano de que haviam já 1584, que fora venturosamente remido; governava a Nau de São Pedro o Sumo Pontífice Gregório XIII; ocupava o trono de Portugal Filipe I neste Reino, e II das Espanhas, moderava a Religião Seráfica o Revmo. Frei Francisco Gonzaga, Ministro Geral de toda a Ordem, quando ela numerava também de sua antiguidade 545; havia já 54 que estava povoada a Capitania de Pernambuco da Província do Brasil na América meridional; quando na Corte de Lisboa foram despachados os Fundadores da Custódia do Brasil, religiosos Menores da mais estreita e regular Observância, a rogos do Ilustre Capitão de Albuquerque e Coelho, filho do grande Duarte Coelho Pereira, Senhor Donatário da Capitania de Pernambuco.<sup>23</sup>

Com este preâmbulo solene, o cronista da Ordem franciscana Frei Santa Maria de Jaboatão descreve a reunião que houve em Lisboa, em 1584, da qual resultou a criação da custódia de Santo Antônio do Brasil, a pedido do donatário Jorge Albuquerque Coelho (1578-1597). A partir de então, teve início a presença sistemática da Ordem seráfica no território da América portuguesa. Ao primeiro custódio, Frei Melchior de Santa Catarina, foi conferida autorização para fundar conventos. O primeiro convento franciscano foi erguido nas terras da Nova Lusitânia, em Olinda, em 1585, antes da confirmação da criação da custódia pelo Papa, que ocorreu em 27 de novembro de 1586, pela Bula de Xisto V. Da sede da custódia na capitania de Pernambuco, no convento de Nossa Senhora das Neves de Olinda, deu-se a expansão da Ordem ao longo da região litorânea da colônia. Os conventos eram importantes núcleos de catequese para a conversão do gentio. Também funcionavam como um espaço de sociabilidade e de aglutinação da devoção dos colonos leigos, frequentemente recrutados dentre os “principais” das comunidades, identificados com os estratos que conformavam as instâncias do poder local.<sup>24</sup> Ao abrigo dos conventos e atreladas à Ordem Primeira de São

---

<sup>23</sup> JABOATÃO, Frei Santa Maria de. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. II. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980. p. 119.

<sup>24</sup> As confrarias religiosas estiveram presentes no reino e nas colônias portuguesas à época moderna, garantindo orientação doutrinal e outras formas de devoção e piedade. Também atuaram no auxílio material e espiritual de seus membros. Enquanto comunidades seletivas serviram para o reforço das identidades dos diversos grupos e legitimação das diferenças sociais. Por meio da multiplicação dos cargos dirigentes e do valor simbólico do prestígio que carregavam, as confrarias conformavam um espaço social de exercício do poder local.

Francisco, floresceram as Irmandades seráficas como espaços seletivos de solidariedade, integração e de afirmação da identidade dos grupos sociais locais dominantes. Consoante com a tradição trazida do reino, as Câmaras das diversas localidades solicitavam à custódia a fundação de conventos em suas jurisdições.<sup>25</sup> Entretanto, a história das origens do convento do Recife não obedeceu à tradição, vez que ao início do século XVII não havia no povoado atividade camarária, pois este pertencia à jurisdição de Marim de Olinda, fundada pelo primeiro donatário Duarte Coelho (1534-1554) e elevada à categoria de vila 1537.

## 2.1. A vocação marítima do “Recife dos Navios”

Para a parte do Sul onde a pequena  
Ursa se vê de guardas rodeada,  
Onde o Céu luminoso, mais serena,  
Tem uma influência e temperada,  
Junto da nova Lusitânia ordena,  
A natureza, mãe bem atentada,  
Um porto tão quieto, e tão seguro,  
Que para as curvas Naus serve de muro.

É este porto tal, por estar posta,  
Uma cinta de pedra, inculca, e viva,  
Ao longo da soberba, e larga costa,

---

<sup>25</sup> Frei Melchior de Santa Catarina logrou fundar quatro conventos e encaminhar a construção de mais dois, no decorrer de sua administração, que durou até o ano de 1590. O primeiro pedido a ser contemplado foi o da Câmara de Salvador, onde foi erguido o segundo convento franciscano, em 1587, com o título de São Francisco. O convento ficou aos cuidados de Frei Antônio da Ilha. Em seguida, os oficiais da Câmara de Igarapé, preocupados com a necessidade de evangelizar os índios, tiveram o pleito atendido, com a chegada de uma nova turma de missionários liderada por Frei Antônio de Campomaior, que auxiliou na construção do convento na localidade, em 1588. Em 1589, os frades menores estabeleceram-se na Paraíba, por conta das incursões dos indígenas à nascente vila. Frei Melchior recebeu um abaixo-assinado para que fosse criado um convento na capitania do Espírito Santo. A capela da Penha, já existente na localidade, foi aceita como doação. Em 1591, foi passada a escritura do terreno na vila, da capela e de todo o morro da Penha, onde o convento começou a ser construído em 1592. Em fevereiro de 1592, por escritura pública, a Câmara do Rio de Janeiro cedeu o terreno para a construção de uma casa conventual. Entretanto, a edificação não foi logo construída. Em 1606, o segundo custódio Frei Leonardo de Jesus resolveu erigir o convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro.

Onde quebra Netuno a fúria esquiva,  
 Entre a praia, e a pedra descomposta,  
 O estranho elemento se deriva,  
 Com tanta mansidão, que uma fateixa,  
 Basta ter a fatal Argos aneixa.

Em o meio desta obra alpestre, e dura,  
 Sua boca rompeu o Mar inchado,  
 Que a língua dos bárbaros escura,  
 Pernambuco de todos é chamado  
 De Paraná que é Mar, Puca-rotura,  
 Feita em fúria desse Mar salgado,  
 Que sem no derivar cometer míngua,  
 Cova do mar se chama em nossa língua.

Bento Teixeira (circa 1561-1600)

No alvorecer do século XVII, o Recife era uma pequena póvoa marítima dependente de Olinda, cabeça da capitania de Pernambuco. A construção do convento franciscano na localidade foi decidida por uma junta, reunida por Frei Leonardo de Jesus, em Olinda, em 28 de outubro de 1606, quando foram levadas em conta as instâncias dos moradores do lugar, “que a este tempo eram ainda muito poucos e de limitados cabedais”, como observou Frei Santa Maria de Jaboatão.<sup>26</sup> Em conferência proferida por ocasião das comemorações dos 350 anos de fundação do convento do Recife, em 1956, Gilberto Freyre afirmou que “a construção do convento conformou a primeira vitória dos antigos recifenses, dos habitantes da humilde e pobre povoação dos pescadores e comerciantes, contra a poderosa capital vizinha”.<sup>27</sup> De fato, a instalação do convento franciscano no Recife representou um marco para o desenvolvimento urbano e social do povoado. Entretanto, não foi a gente marítima, os pescadores e os mercadores moradores da praça os responsáveis pelas doações para a instalação do convento.

<sup>26</sup> JABOATÃO, Frei Santa Maria de. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. III. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980. p. 438.

<sup>27</sup> FREYRE, Gilberto. **A propósito de frades**. Recife: Editora Progresso, 1955. p. 31.

Este foi erguido com a ajuda e as esmolas dos habitantes da chamada “ilha do navio” ou “ilha de Antônio Vaz”, área situada ao fundo ancoradouro do Recife, onde “habitavam algumas pessoas de mais posses”, conforme escreveu Frei Jaboatão.<sup>28</sup> Em 14 de dezembro de 1606, foi lavrada a escritura do terreno doado pelo abastado colono agricultor da várzea do Capibaribe, Marcos André, casado em segundas núpcias com Dona Maria de Mendonça Uchoa, que eram proprietários do engenho da Torre da Várzea antes da entrada dos holandeses. Evaldo Cabral de Mello, em **Rubro veio. O imaginário da Restauração pernambucana** situa socialmente Marcos André no conjunto da nata da aristocracia canavieira da mata úmida da capitania. Entretanto, de acordo com o historiador, Marcos André foi “proprietário recente”, quer dizer, ele não teria chegado a Pernambuco com os ramos familiares trazidos pelos primeiros donatários, que, decorrido um século, vieram a integrar o núcleo da nobreza registrada nos tratados genealogistas de inspiração nativista, notadamente a **Nobiliarquia pernambucana** de autoria de Antônio José Victoriano Borges da Fonseca (1718-1786).

As 56 braçadas de terra e mangues doados pelos colonos produtores de açúcar aos frades seráficos estavam localizadas a uma légua ao sul de Olinda, na desembocadura dos rios Capibaribe e Beberibe, na ponta da “ilha do navio” ou “ilha de Antônio Vaz”. Antes de ser erguido o convento, foram levantados no local um oratório e a residência dos frades, ou o “recolhimento”. O convento primitivo foi traçado segundo o modelo das casas conventuais da Ordem. As obras acabaram entre 1612-13, quando a “outra banda do povoado” também passou a ser chamada de “ilha de Santo Antônio”, cuja invocação ao santo português posteriormente veio a nomear todo o lugar. Para as funções da igreja e da lâmpada do Santíssimo, os religiosos receberam a concessão régia de uma pipa de vinho, duas arrobas de cera, um quarto de azeite e outra de farinha de trigo, pagos pela Câmara de Olinda. Foi nomeado primeiro prelado da Casa Frei Antônio de São Boaventura, advindo de Olinda. Frei Bernardino das Neves foi o guardião e Frei Manoel de Santo Antônio foi designado corista.

---

<sup>28</sup> JABOATÃO, Frei Santa Maria de. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. I. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980. p. 402. A designação primitiva “ilha do navio” referia-se à construção de embarcações no local. Por sua vez, a toponímia “ilha de Antônio Vaz” foi por conta da presença de um morador português que exercia as funções de “juiz de execuções” e de “porteiro da alfândega” do Recife.

Ao fim do século XVI, antes da construção do convento franciscano de Santo Antônio, o “Recife dos Navios” figurava no **Tratado descritivo do Brasil**, de Gabriel Soares de Sousa, escrito em 1587, como o porto de Olinda. O colono e escritor verificou que “no lugar vivem alguns pescadores e oficiais da ribeira, estão alguns armazéns em que alguns mercadores agasalham os açúcares e outras mercadorias”.<sup>30</sup> Gabriel Soares de Sousa já havia notado, próxima ao ancoradouro, a presença da ermida do Corpo Santo, ou de Santelmo, para servir aos marinheiros, cuja devoção tem origem nas grandes navegações. A igreja do Corpo Santo foi a primeira edificação religiosa do povoado, datada dos primórdios da capitania duartina. Não obstante o movimento do porto, a povoação era então, como descreveu José Antônio Gonsalves de Mello,

[...] um burgo triste e abandonado, que os nobres de Olinda deviam atravessar pisando em ponta de pé, receando os alagados e os mangues; burgo de marinheiros e de gente ligada ao serviço do porto, burgo triste, sem vida própria, onde até a água tinha que vir de Olinda.<sup>31</sup>

Entretanto, as condições naturais privilegiadas do ancoradouro faziam convergir ali as naus, transformando o “povo”, conforme outra denominação coeva, na principal porta de entrada da capitania. Os mareantes que aportavam no Recife só contavam com a igreja do Corpo Santo. De acordo com o manuscrito de Frei Manuel da Ilha, escrito em 1621, em latim, e reproduzido na obra de Frei Bonifácio Mueller, **O Convento de Santo Antônio do Recife**, era necessária a construção de um convento no Recife,

[...] onde todos os navios, carregados de mercadorias, com destino a esta Prefeitura lançam as âncoras. Aqui há sempre grande concurso de nações estrangeiras, sem haver quem lhes administrasse os sacramentos, já que a cidade de Pernambuco [Olinda] estava a longa distância, já que nesta colônia havia um só sacerdote com cura de almas, para ouvir de confissão a tantas pessoas. Eis a razão que obrigava a muitos a tomar navios sem prévia confissão, o que hoje, pela misericórdia de Deus, já não acontece, porque todos os dias muitos passageiros se confessam e recebem a Santa Comunhão.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2001. p. 56.

<sup>31</sup> GONSALVES DE MELLO, José Antônio. **Tempo dos flamengos**. Recife: Editora Massangana, 1987. p. 35.

<sup>32</sup> MUELLER, Frei Bonifácio. **Província franciscana de Santo Antônio do Brasil**. Recife: Provincialado Franciscano, 1957. p. 6.

Com efeito, as atividades portuárias e mercantis predominavam na paisagem urbana do Recife *ante bellum*. Frei Vicente Salvador, em sua **História do Brasil**, revela a condição de entreposto comercial do povoado durante as primeiras décadas do século XVII:

[...] o porto principal dessa capitania, que é o mais nomeado e frequentado de navios que todos os mais do Brasil, ao qual se entra pela boca de um recife de pedra tão estreita que não cabe mais de uma nau enfiada após outra e entrando desta barra ou recife para dentro, fica logo ali um poço ou surgidouro, onde vem acabar de carregar as naus grandes e nadam as pequenas carregadas de cem toneladas ou pouco mais, para o que está ali uma povoação de duzentos vizinhos com uma freguesia do Corpo Santo, de quem são os mareantes mui devotos, e muitas vendas e tabernas e os passos de açúcar, que são umas lógeas grandes onde se recolhem os caixões até se embarcarem nos navios.<sup>33</sup>

Considerando a identidade da igreja do Corpo Santo com a população portuária do Recife, a construção do convento franciscano, situado na ilha de Antônio Vaz, fora do núcleo urbano primitivo – correspondente à freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, ou do Corpo Santo, assentada próximo ao ancoradouro –, não visou apenas oferecer conforto espiritual aos mareantes errantes do Recife; sua localização, na direção dos engenhos implantados na várzea do rio Capibaribe, seguiu o sentido do percurso da produção do açúcar, que guiou a construção dos primeiros conventos seráficos erguidos no litoral úmido da colônia, correspondente à atual região nordeste.<sup>34</sup> Quando da construção do convento do Recife, a ribeira do Capibaribe já se tornara uma próspera área de plantio de cana-de-açúcar. Na descrição do sargento-mor Diogo de Campos Moreno, em **Razão do Estado do Brasil**, *circa* 1616, o convento de Santo Antônio já figurava como um edifício importante implantado no areal da ilha de Antônio Vaz. A narrativa do códice pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apresenta o convento em conexão com a produção açucareira da várzea do Capibaribe:

<sup>33</sup> SALVADOR, Frei Vicente. **Historia do Brasil** – 1500-1627. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965. p. 128.

<sup>34</sup> A partir do Convento de Nossa Senhora das Neves em Olinda, foram fundados na capitania de Pernambuco os seguintes conventos franciscanos: Convento de Santo Antônio de Igaracu, na zona da mata norte, em 1588; Convento de Santo Antônio de Ipojuca, na zona da mata sul, em 1606; o Convento de Santo Antônio do Recife, em 1606; e o Convento de Santo Antônio de Sirinhaém, na zona da mata sul, em 1630.

[...] está o porto do Recife, onde as embarcações entram e estão recolhidas a abrigo de todos os ventos. Tem este sítio uma língua de areia, que quase é salgada, uma vila de muitos vizinhos com outro mosteiro dos mesmos capuchos de Santo Antônio, fora uma paróquia muito bem ordenada e rica, na qual se recolhem açúcares e fazendas que se carregam e descarregam de toda a capitania.<sup>35</sup>

De acordo com os estudos comparativos dos códices existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto e do Instituto Histórico Brasileiro, o texto original, pertencente à Biblioteca do Porto, sofreu algumas alterações. Em vez de “uma vila de muitos vizinhos”, constava que o Recife primitivo era uma “povoação de oitenta vizinhos”. Ao original foi acrescida a menção à “paróquia bem ordenada e rica”, relativamente à freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Entretanto, descontadas as inserções posteriores e exageradas da redação do documento carioca, nas primeiras décadas do século XVII, é admissível acreditar que o convento de Santo Antônio já então predominava na paisagem urbana do povoado e era um foco de articulação com a produção de açúcar dos engenhos das margens do Capibaribe.

Embora os primeiros canaviais da capitania tenham sido plantados nas imediações de Igarauçu, na chamada “mata seca”, situada ao norte de Olinda, as terras férteis, da “mata úmida”, banhadas pelas águas abundantes do Capibaribe, foram logo desbravadas, por conta das condições ecológicas muito favoráveis ao plantio da cana, sendo repartidas entre os colonos advindos com o donatário Duarte Coelho em 1535, para fundar a Nova Lusitânia (1535/1635).<sup>36</sup> Após a morte do primeiro donatário, em 1554, seus sucessores lutaram contra os indígenas que ali viviam, expulsando-os para o sul dos montes dos Guararapes. A ocupação das terras da ribeira do Capibaribe contribuiu decisivamente não apenas para a prosperidade da indústria açucareira de Pernambuco, registrada a partir de

---

<sup>35</sup> MORENO, Diogo de Campos. **Livro que dá razão do Estado do Brasil** – 1612. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955. p. 176-177.

<sup>36</sup> Evaldo Cabral de Mello traçou a evolução da lavoura do açúcar a partir da capitania de Pernambuco: “A Nova Lusitânia do primeiro donatário fora apenas a área entre Igarauçu e a várzea do Capibaribe, onde localizavam-se as cinco fábricas de açúcar existentes quando do seu falecimento (1654). O meio século seguinte era a conquista da mata pernambucana, ao sul, dos montes Guararapes a Porto Calvo e, depois, a metade meridional de Alagoas; e, a norte, a ocupação da terra firme de Itamaracá e da ribeira do Goiana, o início da colonização da Paraíba, a fundação de Natal, iniciativas ao cabo das quais atribui-se ao povoamento toda franja marítima do Rio Grande ao São Francisco”. CABRAL DE MELLO, Evaldo. Uma nova Lusitânia. In: \_\_\_\_\_. **Um imenso Portugal: história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002. p. 74.

1570, mas também para o desenvolvimento urbano do Recife. A implantação do convento do Recife esteve estrategicamente associada à expansão dos engenhos de açúcar na várzea do Capibaribe, que também repercutiu no crescimento do povoado.

José Antônio Gonsalves de Mello considera que o povoamento do Recife não partiu apenas de um movimento da área do porto em direção à ilha de Antônio Vaz.

Há um movimento contrário, igualmente importante – economicamente importante – que vem do interior do sentido do porto. Refiro-me àquele movimento que tinha por origem os engenhos de açúcar, desde meados do século XVI estabelecidos à margem do rio Capibaribe. A riqueza que, em forma de açúcar – uma das drogas mais valorizadas do mundo ocidental de então –, afluía ao porto foi dando condições à ampliação do porto do Recife. Vários “passos”, armazéns ou depósitos de caixa de açúcar foram sendo construídos às margens do rio nas proximidades do porto e alguns desses “passos” se transformaram em pequenos núcleos de população.<sup>37</sup>

O açúcar produzido nas terras do Capibaribe era transportado em pequenas embarcações pelo rio até o porto do Recife. Por volta de 1630, a várzea do Capibaribe contava com aproximadamente dezesseis engenhos de açúcar em plena atividade.<sup>38</sup>

O primeiro engenho de açúcar levantado na várzea, em meados do século XVI, nas terras doadas pelo donatário Duarte Coelho a Diogo Gonçalves, foi designado Santo Antônio, de cuja capela o santo português era orago. De acordo com os estudos genealógicos de Borges da Fonseca, a **Nobiliarquia**

<sup>37</sup> GONSALVES DE MELLO, J. A. Capunga: a crônica de um bairro recifense. In: PEREIRA DA COSTA, F. A. **Arredores do Recife**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991. p. 143-144.

<sup>38</sup> O primeiro engenho de açúcar fundado em Pernambuco foi o de Nossa Senhora da Ajuda, estabelecido pelo fidalgo Jerônimo de Albuquerque, nas imediações da vila de Olinda, no vale do rio Beberibe, a meia légua acima do Varadouro de Olinda, onde se represavam as águas para o abastecimento da vila. Dentre os engenhos de açúcar plantados às margens do Capibaribe, ao fim do século XVI e início do século XVII, destacam-se: o engenho da Madalena, construído no século XVI por Pedro Afonso Duro; o engenho da Torre, pertencente a Marcos André, fundado no século XVI; o engenho de Apipucos, estabelecido no final do ano de 1577; o engenho de Ambrósio Machado, situado à margem direita do rio; o engenho Casa Forte, criado no século XVI, por Diogo Gonçalves; o engenho de São Pantaleão Monteiro, existente desde o século XVI; o engenho do meio, doado pelo donatário Duarte a Diogo Gonçalves e Dona Isabel Fróes; o engenho Camaragibe, pertencente a Diogo Fernandes e sua mulher Branca Dias; o engenho São João, situado à margem esquerda, que pertenceu a João Fernandes Vieira; e o engenho Santo Antônio.

**pernambucana**, Diogo Gonçalves, natural de Vila do Conde, foi “auditor da gente de guerra em Pernambuco”. Na capitania, ele se casou com Isabel Fróes,

[...] que fora criada da Senhora Rainha Dona Catarina, mulher do Rei D. João III, a qual a entregou a Dona Brites de Albuquerque, quando veio para Pernambuco com seu marido, o primeiro donatário Duarte Coelho, recomendando-lhe a amparasse, o que executou generosamente Dona Brites de Albuquerque, casando-a com o dito Auditor, e dando-lhe em dote as terras de Capibaribe, onde fabricaram os engenhos de Casa Forte e de Santo Antônio.<sup>39</sup>

O engenho Santo Antônio, fundado à margem direita do rio Capibaribe, antes da instalação do convento no Recife, deu origem à pequena freguesia de Nossa Senhora do Rosário, cuja primeira capela é datada de 1612.

O culto a Santo Antônio foi trazido para Pernambuco pelos primeiros colonos portugueses. Na várzea do Capibaribe, a invocação ao santo seráfico da tradição católica portuguesa precedeu a presença da Ordem franciscana na ilha de Antônio Vaz. Conforme Frei Santa Maria de Jaboatão, a devoção antoniana foi particularmente intensa na capitania duartina:

Sendo entre todos os portugueses muito particular, e em extremo a afeta veneração, que se tem ao nosso Santo Antônio de Lisboa, passa a extremosa a que nestas partes do Brasil lhe mostram geralmente todos. Porque além de muitas igrejas paroquiais, de que é titular, são inumeráveis as capelas, e ermidas consagradas ao seu nome, e fora destas, não há algumas das outras, que nos seus altares não coloque uma, e muitas imagens desse Santo; não há casa que o não venere no seu Oratório; e não satisfeita ainda com isto a comum devoção dos fiéis cada um quer ter só para si o seu Santo Antônio.<sup>40</sup>

Frei Jaboatão complementa que a devoção pernambucana a Santo Antônio começara quando da fundação de Olinda, anterior à instalação da custódia na vila:

<sup>39</sup> BORGES DA FONSECA, Antônio José Victoriano. **Nobiliarquia pernambucana**. v. I. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935. p. 467.

<sup>40</sup> JABOATÃO, Frei Santa Maria de. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. II. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980. p. 371-372.

Foram os primeiros em Olinda os mesmos, que deram princípios à sua conquista, fundando logo uma no lugar, em que hoje está situado o Convento de Nossa Senhora do Carmo Observante, em um meio alto, que se forma sobre a Marinha, entre o nosso e o do Patriarca São Bento, com pouca distância um dos outros. Não encontramos certeza de quem fora o fundador desta Capela, e só que dela, e do seu sítio faziam doação aos nossos religiosos, que não aceitaram, por acharem na da Senhora das Neves melhores conveniências para o seu agasalho, e foi dada aos sobreditos Padres, e das suas memórias consta foi aceita com a pensão de colocarem no altar maior do convento, como hoje se vê a imagem do santo e a solenizá-lo anualmente no seu dia com missa entoada, e a intitular-se Convento de Santo Antônio do Carmo, e como seu titular, tem comemoração no coro, nas festas em que tem lugar as mais.<sup>41</sup>

Entretanto, se Olinda foi o berço da devoção a Santo Antônio, no Recife, a veneração ao Santo lisboeta não esteve apenas ligada à sensibilidade religiosa dos primeiros colonos prósperos proprietários da várzea do Capibaribe. De acordo Gilberto Freyre, a presença do santo franciscano na paisagem e na cultura urbana do Recife remonta aos primórdios da povoação. Freyre assinalou a centralidade do convento de Santo Antônio na formação do povoado: “A fundação, em 1606, deste convento desde então tão do Recife que sem ele não se concebe a paisagem, a vida ou a cultura recifense, é mais que histórica: é intra-histórica. Foi sobre esta pedra que se edificou a civilização recifense”.<sup>42</sup> Com efeito, a instalação do convento de Santo Antônio no Recife nos primeiros anos do século XVII, quando Olinda era a cabeça da capitania e sediava as principais instituições civis, militares e eclesiásticas, conferiu à póvoa de pescadores, cuja população de marítimos era tradicionalmente devota de São Pedro, uma identidade católica mais consoante com a religiosidade do reino, marcada pelo enraizamento do franciscanismo. A Ordem mendicante fundada por São Francisco de Assis, largamente difundida pelo seu seguidor lisboeta, Santo Antônio, gozava de imenso prestígio no reino.<sup>43</sup>

A despeito da devoção por Santo Antônio dos senhores de engenho da várzea do Capibaribe e da implantação do convento franciscano em 1606 na ilha

<sup>41</sup> JABOATÃO, Frei Santa Maria de. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do brasil**. v. II. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980. p. 372.

<sup>42</sup> FREYRE, Gilberto. **A propósito de frades**. Recife: Livraria Editora Progresso, 1959. p. 14.

<sup>43</sup> A questão da disseminação da devoção franciscana em Portugal está relacionada à própria identidade cultural do reino. A expansão da religiosidade seráfica teve origem ao tempo da fundação do Estado português com D. Dinis I (1261-1325) e com sua mulher D. Isabel de Aragão (1271-1336), a Rainha Santa. O nominalismo franciscano, regido pelo apego à natureza, teria orientado o espírito de aventura que favoreceu as descobertas marítimas. A influência franciscana também repercutiu na vivência religiosa da rainha D. Leonor (1458-1525), fundadora da Santa Casa da Misericórdia.

de Antônio Vaz, no período *ante bellum*, em razão da dependência do povoado à vila e ao convento de Olinda, a Ordem dos irmãos leigos seráficos não logrou ser instalada na sequência do levantamento do convento do Recife. Atrelado à custódia da Ordem regular dos frades franciscanos, locada no convento de Nossa Senhora das Neves de Olinda, o processo de agrupamento de leigos e religiosos para a formação de uma Ordem Terceira no Recife foi particularmente dificultoso e retardatário.<sup>44</sup> Diferentemente das demais casas conventuais da Ordem mendicante que, à elevação do convento, era instituída a Ordem dos irmãos leigos, destinada não só ao aperfeiçoamento da vida religiosa dos habitantes locais, mas também ao provimento de fundos e de cabedais legados para seu funcionamento, a instalação da Ordem Terceira no convento do Recife só ocorreu quase noventa anos após o início do levantamento do convento, devido às especificidades do percurso histórico da capitania ao longo do século XVII.

Em Marim de Olinda, a Ordem Terceira precedeu a própria construção do convento de Nossa Senhora das Neves, que teve início em 1585. O convento de São Francisco de Salvador começou a ser construído em 1587. Apesar do ataque dos holandeses à vila em 1624, a Ordem Terceira da Penitência soteropolitana foi canonicamente constituída em 1635, momento em que foi registrada a rápida difusão das associações de irmãos Terceiros pelo reino e pelas possessões ultramarinas portuguesas. Os leigos seráficos do Recife só lograram instituir a Ordem Terceira no convento de Santo Antônio em 1695, também em defasagem relativamente à fundação das Ordens Terceiras do Porto, de 1633, e de Lisboa, fundada em 1615 pelo missionário espanhol Frei Inácio Garcia.<sup>45</sup>

Ao tempo da construção do convento de Santo Antônio, a população de pescadores, mercadores e oficiais da ribeira do Recife era ainda instável e incipiente; e os senhores de engenho da várzea do Capibaribe estavam mais identificados com as instituições religiosas e de caridade cristã instaladas em

---

<sup>44</sup> As ordens seculares franciscanas ganharam grande impulso a partir das reformas tridentinas, que incentivaram a promoção do associativismo religioso leigo. De acordo com William de Souza Martins, no início do século XVII foram fundadas Ordens Terceiras no Rio de Janeiro, em 1619; em Salvador, em 1635; em Santos, em 1641; e em São Paulo, em 1646.

<sup>45</sup> O capítulo dos religiosos franciscanos, celebrado em Toledo, em 1606, decidiu pelo incentivo à criação de associações de irmãos Terceiros, conforme o ideal de perfeição cristã, preconizado por Francisco de Assis, que, assistido pelo Cardeal Ugolino de Ostia, elaborou a Regra da Ordem Terceira de São Francisco, em 1221, para que os leigos de todo o mundo fossem orientados a viver os verdadeiros valores da religião, baseados no desprendimento e na pobreza dos *humiliati*.

Olinda, onde a Ordem Terceira de São Francisco e, mais significativamente, a Santa Casa da Misericórdia congregavam os nobres da terra, vinculados à produção açucareira. Não há um estudo sistematizado disponível sobre os integrantes da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Olinda. Entretanto, a **Nobiliarquia pernambucana** de Borges da Fonseca, redigida entre 1748 e 1778, composta principalmente a partir dos livros de registros dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Olinda e dos “Livros das Vereações” da Câmara de Olinda, as duas instituições consideradas mais honrosas da capitania, é uma fonte rica para as investigações relativas não apenas à genealogia, mas ao espectro mais amplo da sociabilidade dos grupos dominantes de Pernambuco durante os primeiros séculos da colonização. As pesquisas genealógicas de Borges da Fonseca, realizadas nos arquivos da Misericórdia de Olinda, onde o autor foi admitido como irmão e exerceu o ofício de escrivão entre 1751 e 1757, indicam que os colonos proprietários da várzea do Capibaribe e seus descendentes tendiam a se filiar aos quadros da Santa Casa da Misericórdia de Olinda, onde estavam reunidos os agricultores de cana-de-açúcar. Antes da ocupação holandesa (1635), os senhores de engenho do Capibaribe estavam vinculados às instituições estabelecidas na vila duartina, notadamente à Sé do Salvador, à Misericórdia e à Câmara. A hegemonia exercida pela prestigiosa Misericórdia de Olinda contribuiu para o retardamento da constituição da associação dos leigos seráficos do Recife, na medida em que essa exercia uma enorme atração pelo sentido de legitimação e prestígio que conferia a seus membros.

Sem contar com o apoio de uma Ordem Terceira constituída, que tratava dos assuntos da vida temporal, o convento de Santo Antônio predominou quase solitário por três décadas na paisagem da ilha de Antônio Vaz, até a ocupação holandesa do Recife em 1630. Em 1627, a área do sítio do convento foi ampliada, para o acréscimo da cerca próxima à barreta, quando os religiosos compraram de Manuel Francisco e Isabel Gomes, moradores do Recife, mais trinta “braças de terra de testada”. Frei Santa Maria Jaboatão destacou que o convento foi plantado “no lugar da situação sempre com regalias a todos os mais, pelo alegre, vistoso,

divertido e aprazível”.<sup>46</sup> Para o historiador franciscano, que redigiu seu relato na década de 1760, o convento de Santo Antônio do Recife

[...] tem um muito especial entre todos os da Província [...] pois além das que já lhe apontamos, é um dos que logra a singularidade de permanecer ainda agora no mesmo ser em que foi traçado em o seu princípio, e assim muito conforme as medidas regulares do nosso Instituto Reformado, pois sem as demasias de grande, logra as comodidades do preciso.<sup>47</sup>

## 2.2. A Nova Mauritstadt e o convento profanado

De acordo com estudos realizados por Joaquim Cardoso sobre o desenvolvimento urbano do Recife, no período holandês, a planta mais antiga do livro de Barlaeus mostra que, em 1637, antes da chegada do Príncipe Maurício de Nassau, o centro urbano estava concentrado na extremidade da pequena península ligada a Olinda, nas terras próximas ao trapiche e à ribeira, por onde se expandiu o casario ao longo da rua dos Judeus e à volta da igreja do Corpo Santo. As construções, em dois pavimentos, estavam prioritariamente destinadas ao abrigo de armazéns e senzalas, em função das atividades do porto. Eram raras as casas situadas na ilha de Antônio Vaz ou de Santo Antônio. Antes dos holandeses, naqueles terrenos alagados figuravam apenas o convento franciscano e algumas poucas casas à margem do rio. Apesar do dinamismo do porto do Recife, a ilha de Antônio Vaz ou de Santo Antônio só veio a ser devidamente ocupada e urbanizada pelos holandeses.

Logo após sua chegada a Pernambuco, o conde Maurício de Nassau fixou residência na ilha, considerada pelos batavos como um sítio mais apropriado para se construir uma cidade. Maurício de Nassau, valendo-se dos serviços do engenheiro Hendrick van Berchem, e possivelmente de Tobias Commersteijn e de mestres locais, estabeleceu um traçado urbano geométrico, construiu pontes, jardins e instalou um sistema de diques e canais para o controle das águas,

<sup>46</sup> JABOATÃO, Frei Santa Maria de. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. III. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980. p. 439.

<sup>47</sup> JABOATÃO, Frei Santa Maria de. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. III. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980. p. 439.

projetando ali a Nova Mauritsstadt. Na ilha, ergueu dois palácios, o de Vrijburg, provavelmente projetado por Pieter Post e construído entre 1639 e 1642; e o da Boa Vista, planejado ao modo português e acabado em 1643. Se, ao tempo da ocupação holandesa, a ilha de Antônio Vaz, toponímia preferida dos holandeses, floresceu com os melhoramentos urbanos e as novas construções, onde foram empregados novos materiais e novas técnicas construtivas, dignas da sede do governo holandês, o edifício seiscentista do convento franciscano, em vez, foi apoderado, alterado e convertido em fortificação militar, com o acréscimo de baluartes e muralhas ao seu redor.

Quando firmada a posse dos holandeses de Olinda, os frades do convento de Nossa Senhora das Neves, liderados por Frei Manuel da Piedade, buscaram refúgio no convento do Recife, onde só puderam permanecer por poucos dias. Quando os holandeses tomaram a ilha de Antônio Vaz, em 3 de março de 1630, o convento teria sido encontrado completamente vazio. O guardião Frei Luís da Anunciação e os demais religiosos recolheram-se ao Arraial do Bom Jesus, onde foi construído um oratório, e dali se dispersaram. Em torno do convento, os holandeses ergueram trincheiras e instalaram no sítio da edificação o forte Ernestus, nomeado em homenagem ao irmão de Nassau morto no Recife em 1639, ainda jovem. A fortificação também foi chamada de “fortaleza do convento”, pelo entrelaçamento das funções religiosas e militares. Frei Bonifácio Mueller, analisando as fontes narrativas holandesas, destacou a seguinte descrição de Adriem van der Dussen:

[...] situado na ilha de Antônio Vaz, a oeste do Recife, e que circunscribe o convento dos franciscanos, é um forte quadrangular, do lado do rio, tendo dois meios bastiões completos. É muito alto e tem o fosso largo. No lado externo está construída uma contra escarpa ou passagem coberta. Está cercado de uma sólida estacada. Este forte domina o rio, e os terrenos baixos circunvizinhos e principalmente o recinto fechado ou vila de Antônio Vaz, inclusive a paliçada e as ruas desta. No forte estão 4 peças de metal, 2 bombordos de 24 lbs; 1 de 16 lbs; e uma peça espanhola de 10 lbs.<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> MUELLER, Frei Bonifácio. **O Convento Santo Antônio do Recife**. Recife: Gráficas da Imprensa Oficial, 1956. p. 15.

Em virtude do desmoroamento da igreja do Amparo de Olinda, onde se realizava o culto reformado, a igreja do convento de Santo Antônio do Recife sofreu adaptações para, a partir de 1640, abrigar os exercícios da Igreja reformada. Este ano foi ainda marcado pela intolerância religiosa aos católicos por parte das autoridades holandesas, que expulsaram e aprisionaram grande número de frades beneditinos, franciscanos e carmelitas, por conta do apoio de Frei Junipero de São Paulo à chegada da armada do Conde da Torre na Bahia. Na igreja do convento franciscano, também pregou o reverendo anglicano Samuel Batselaer, pois havia no Recife holandês um bom contingente de soldados ingleses. Muitos estrangeiros, atraídos pela riqueza do açúcar, passaram a viver no Recife. A comunidade francesa era também bastante numerosa e foi encabeçada pelo comerciante Jean Aragon e pelo predicante Soler, que recebeu crédito do Conselho dos XIX para construir na Nova Mauritstadt a igreja francesa. Os moradores da ilha de Antônio Vaz eram majoritariamente comerciantes ricos e agentes judeus das empresas holandesas de comércio. Durante a ocupação holandesa, predominou no Recife uma vida social cosmopolita. Se antes o convento de Santo Antônio, no período *ante bellum*, estava quase solitário na distante e pantanosa ilha de Antônio Vaz, ao tempo dos flamengos, o convento esteve no epicentro de uma nova cultura urbana que se impunha, vizinho ao centro do poder político dos novos colonizadores, no coração da Nova Mauritstadt, nas proximidades dos palácios da Boa Vista e de Vrijburg. O convento franciscano do Recife só deixou de ser quartel das tropas invasoras em 1654, quando também cessaram as práticas do culto calvinista.

A ocupação militar e a religião reformada impostas pelo governo holandês contribuíram para que o convento do Recife obedecesse a uma trajetória histórica singular, ao longo do século XVII, no cômputo dos demais conventos franciscanos da colônia americana. Além dos danos causados ao edifício, a perseguição dos holandeses aos religiosos desarticulou as atividades dos “frades menores” em Pernambuco. A proibição da realização pública do culto católico, incluindo os ritos dos sacramentos, missas e procissões, impossibilitou a organização dos leigos seráficos, que, tradicionalmente, advindos das camadas sociais superiores, ocupavam-se da realização dos ritos e das cerimônias litúrgicas. Os esforços de mobilização, inicialmente para a guerra de resistência

(1630-1637) e, posteriormente, para a guerra da Restauração (1645-1654), cujo palco principal de manobras foi na várzea do Capibaribe, também foram um obstáculo à formação da Irmandade leiga seráfica do Recife. Com a guerra, engenhos foram destruídos e grande parte do canavial incendiado. Alguns senhores de engenho, principalmente aqueles situados na mata sul (Cabo e Ipojuca), abandonaram suas lavouras e moendas ou partiram em retirada para a Bahia com seus familiares e dependentes. De acordo com Cabral de Mello, “o exílio atingiu perto da metade da açucarocracia do Nordeste; nada menos de 65 engenhos em um total de 149 foram desamparados pelos seus donos”.<sup>49</sup>

### 2.3. João Fernandes Vieira e a Restauração da praça

Quando da liberação do Recife, ao fim da guerra da Restauração, o convento de Santo Antônio foi logo recuperado em 1654, voltando a integrar o conjunto de propriedades pertencentes à custódia de Santo Antônio, que ficara independente da custódia de Santo Antônio de Portugal em 1649. Frei Santa Maria de Jaboatão assinalou a retomada do convento, para a qual contribuíram as tropas lideradas por João Fernandes Vieira, responsáveis pela rendição da ilha de Santo Antônio:

No ano de 1654, que foi o da Restauração pelo mês de janeiro, com o mais Povo entraram logo a tomar posse do convento os religiosos, não lhes faltando também que restaurar nele; pois foi só o que por todo o tempo dos vinte e quatro anos que no Brasil dominaram os holandeses, esteve sempre em seu poder, e naquela primeira serventia de fortaleza de Ernesto a qual os portugueses chamam de Santo Antônio. Mas das quebras, ruínas e desmandos, com que por força havia ficar em tão largo tempo, e tão arriscada serventia, não consta, nem os Prelados, que nele entraram, e se ficaram seguindo, ainda que tiveram o trabalho de as reedificar, cuidaram de fazer delas algum assento, quando não para memória dos vindouros ao menos para lembrança do que lhes havia custado. Foi o Padre Custódio Frei Daniel de São Francisco, Prelado Maior, o primeiro, que com alguns religiosos mais entrou logo no Convento, achando-se na Restauração da Praça em companhia do General e Mestre campo João Fernandes Vieira.<sup>50</sup>

<sup>49</sup> CABRAL DE MELLO, Evaldo. **Rubro veio**. O imaginário da restauração pernambucana. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 434.

<sup>50</sup> JABOATÃO, Frei Santa Maria de. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. III. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980. p. 455-456.

Líder militar do movimento Restaurador de Pernambuco, Vieira chegou à capitania “humilde e pobre”, na expressão de seu panegirista, Frei Manuel Calado do Salvador.<sup>51</sup> Advindo da Ilha da Madeira, por volta dos dez anos de idade, em Pernambuco começou a vida provavelmente como auxiliar de um mercador. Apresentou-se como voluntário para a guerra nos primeiros dias da invasão holandesa. Entretanto, com o domínio do Recife pelos flamengos, Vieira passou a estabelecer ligações estreitas com os invasores, quando teve início sua ascensão econômica e social. Tornou-se administrador do Engenho do Meio, situado na várzea do Capibaribe, comprado em 1637 por Jacob Stachouwer, conselheiro político da Companhia das Índias Ocidentais. Experiente no cultivo da cana e na fabricação do açúcar, logo depois Vieira já era sócio e procurador de Stachouwer. Com o retorno do holandês para a Europa, o madeirense ficou no controle do engenho Ilhetas, na Ribeira do Una, e do Engenho Santana, em Jaboatão. Em 1639, Vieira já era “pessoa do primeiro plano da comunidade portuguesa em Pernambuco, pois em junho o seu nome aparece, pela primeira vez, entre os indicados para o cargo de Escabino de Olinda”, conforme escreveu Gonsalves de Mello, em sua obra biográfica sobre o Restaurador.<sup>52</sup> Por volta de 1640, João Fernandes Vieira era senhor de amplos haveres. Já então arrematava contratos de dízimos de açúcar das capitanias de Pernambuco e de Itamaracá. Neste ano, ele foi eleito o representante dos senhores portugueses da várzea do Capibaribe na Assembleia convocada pelo conde Maurício de Nassau para tratar de assuntos do governo. Desfrutando de cabedais e de prestígio social, além dos engenhos de Stachouwer, Vieira comprou os engenhos de Nossa Senhora do Rosário – depois São João – e o Engenho Santo Antônio, ambos situados na várzea do Capibaribe. Embora sendo proprietário de cinco engenhos de açúcar “moentes e correntes”, para ser incorporado à nobreza rural de Pernambuco, em razão da origem mestiça

---

<sup>51</sup> Frei Manuel Calado do Salvador escreveu em louvor de João Fernandes Vieira **O valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade** entre 1645 e 1646. Frei Manuel Calado nasceu em Vila Viçosa, Portugal. Em 1607, entrou para a Congregação da Serra do Ossa da Ordem de São Paulo. Viveu trinta anos na colônia brasileira, como pregador apostólico, onde testemunhou a invasão holandesa. Tomou parte dos grupos revoltosos durante a campanha de expulsão dos invasores. A obra foi editada em Lisboa, em 1648. Logo em seguida, foi proibida, sendo reeditada em 1668. Frei Manuel Calado morreu em Lisboa em 12 de julho de 1654, aos 70 anos de idade. Ao lado de Frei Manuel Calado, Frei Rafael de Jesus, autor do **Castrioto Lusitano ou História da guerra entre o Brasil e a Holanda, 1624-1654** (Lisboa, 1679), também versou sobre a guerra da restauração, em louvor a João Fernandes Vieira.

<sup>52</sup> GONSALVES DE MELLO, José Antônio. **Restauradores de Pernambuco João Fernandes Vieira**. v. 1. Recife: Imprensa Universitária, 1967. p. 48.

e humilde, ligada às atividades mecânicas (trabalho manual), Vieira casou-se com a filha do lavrador de cana Francisco Berenguer de Andrada, considerado de boa estirpe, parente do clã dos Albuquerque.

A despeito das dívidas que contraiu com os holandeses, o fervor religioso católico de Vieira foi um aspecto que muito motivou sua reação contra o domínio holandês. Gonsalves de Mello destaca que Fernandes Vieira sempre prestou serviços à causa da fé apoiando os clérigos e os soldados portugueses e ajudando a converter judeus durante a ocupação holandesa. O historiador acrescenta a “liberalidade” de Vieira para com as igrejas e as confrarias religiosas católicas da capitania, para as quais contribuiu com recursos próprios para obras e a encomenda de alfaias para a dignidade do culto.<sup>53</sup> Durante os conflitos, Vieira teria feito promessa de erguer duas igrejas dedicadas à Nossa Senhora de Nazaré e à Nossa Senhora do Desterro. Em **Rubro veio. O imaginário da Restauração pernambucana**, Evaldo Cabral de Mello escreveu sobre a dupla devoção do madeirense por São João – santo do seu nome e do rei de Portugal – e por Santo Antônio, derivada da intervenção providencial do taumaturgo lisboeta na insurreição restauradora de Pernambuco. À capitania duartina, chegou o culto militar de Santo Antônio, surgido nos primeiros anos da Restauração portuguesa, quando o santo português fizera milagres para proteção militar do reino, em 1640. Na capela do engenho Santo Antônio da várzea do Capibaribe, pertencente a Vieira, o Santo português teria dado sucessivos “avisos” às manobras militares sob seu comando, que teriam levado à vitória contra o inimigo de religião protestante.<sup>54</sup> Às vésperas do dia de Santo Antônio, abriram-se de par em par, por

<sup>53</sup> Ver GONSALVES DE MELLO, José Antônio. **Restauradores de Pernambuco João Fernandes Vieira**. v. 1. Recife: Imprensa Universitária, 1967. p. 68-70. Também os versos de Frei Manuel Calado sobre Vieira registram a liberalidade para com os pobres e as confrarias: “Nestes ofícios de acudir ao pobre, E reformar as santas confrarias, Despendia eu ouro, prata e cobre, Lucideno ente gastos e alegrias: Porém Deus porque a paga lhe redobre (Como se ambos andaram em porfias) Lucideno aos pobres ia dando, E Deus sua fazenda acrescentando”. Apud CALADO DO SALVADOR, Frei Manuel. **O valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade**. v. 1. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1987. p. 228.

<sup>54</sup> Frei Manuel Calado narrou o sonho de Vieira com Santo Antônio: “e tanto que João Fernandes Vieira entregou os olhos ao sono, que começou a sonhar, que Santo Antônio falava com ele, e o reprendia de descuidado, e pouco zeloso do serviço de Deus, e das necessidades, e aflições de seus próximos, e que lhe mandava que se levantasse com pressa, e fosse buscar o inimigo, porque lhe daria a seu favor, e adjutório em paga dos serviços que nas suas confrarias havia feito, e que senão se desse pressa a caminhar, Deus lhe tomaria a ele conta das aflições, crueldades, roubos, desonras e mortes, que aos moradores deste distrito estavam ameaçando. Despertou João Fernandes Vieira, aflito e perturbado com este sonho, ou melhor dizer, inspiração divina; e depois de revolver várias imaginações, e pensamentos, já parecendo-lhe que poderia isto ser ilusão do

duas vezes, as portas da capela de Santo Antônio do engenho pertencente a Vieira, cuidadosamente fechadas a chaves, de onde também se desprende o dossel que cobria o altar de Santo Antônio, caindo sobre a imagem do santo. O episódio foi entendido como uma intercessão milagrosa, permitindo a fuga dos católicos contra o ataque das forças holandesas. Fernandes Vieira também teria acatado os conselhos que o santo lhe dera durante um sonho, no sentido de precipitar a marcha para os enfrentamentos da batalha de Casa Forte, o que veio a surpreender e derrotar o inimigo. Desde o primeiro mês dos conflitos, o patronato antoniano, com fortes conotações nativistas, já se consagrara entre os moradores revoltosos de Pernambuco. O culto a Santo Antônio foi identificado com o êxito da “guerra da liberdade divina” contra os holandeses.<sup>55</sup>

Embora Fernandes Vieira tenha partilhado da fé dos Restauradores no santo nacional português e, como chefe militar do movimento de expulsão dos hereges holandeses, tenha provavelmente sido um dos primeiros homens a ingressar no convento reconquistado, conforme escreveu Frei Jaboatão, o nome do “Valeroso Lucideno” não foi inscrito nas lápides dos altares do convento. Frei Santa Maria de Jaboatão também não o menciona como um dos beneméritos do convento franciscano do Recife, assim como não faz nenhum registro de seu nome à causa da fundação de uma Ordem Terceira no convento do Recife. Tampouco seus restos mortais foram ali depositados. Em vez, o registro que remanesce no convento é do Restaurador Henrique Dias, que foi sepultado em local indeterminado no interior da igreja, por conta da Fazenda Real. Funcionava então no convento a confraria de São Benedito, composta por gente de cor, à qual talvez tenha pertencido Henrique Dias, o “governador das companhias de crioulos, negros e mulatos da guerra de Pernambuco”, conforme o título da patente que recebeu em 1638.<sup>56</sup> Embora Frei Jaboatão não faça referência direta ao Restaurador, o cronista franciscano dá relevo à presença do culto a São

---

demônio, já que poderia ser obra do céu, desceu por a escada abaixo dizendo; Santo Antônio me manda, eu hei de obedecer”. CALADO DO SALVADOR, Frei Manuel. **O valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade**. v. 2. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1987. p. 42.

<sup>55</sup> Como padroeiro do movimento restaurador de 1645, a Ordem franciscana passou a receber soldos pelo “alistamento” e pela “promoção” de Santo Antônio na hierarquia militar. Pela proteção na guerra de expulsão dos holandeses, o santo lisboeta foi escolhido também como padroeiro das expedições contra os Palmares (1685).

<sup>56</sup> A expressão consta na patente passada pelo Conde da Torre e mencionada por Gonsalves de Mello em GONSALVES DE MELLO, José Antônio. **Henrique Dias**: governador dos pretos, crioulos e mulatos do Estado do Brasil. Recife: Universidade do Recife, 1954. p. 14.

Benedito, ligado à tradição católica dos negros trazidos escravos da África, no convento franciscano do Recife:

[...] a capelinha do glorioso Preto São Benedito, em seu altar com nicho, e Retábulo dourado, a quem serve uma devota, e zelosa Irmandade da humilde Gente da cor do Santo, que havendo muitos anos já festejavam aqui este Bendito Preto em uma simples Confraria, no ano de 1753 se pôs em forma com seu compromisso, e aprovação da Mesa do Definitório na Congregação deste sobredito ano, pelo qual se assentou festejar o Santo na primeira oitava da Páscoa da Ressurreição, com missa solene, Senhor exposto, sermão e Procissão de tarde, pelo que dão de esmola vinte e cinco mil réis. Tem esta Confraria a pensão e dez missas pelas almas de seus Irmãos Defuntos, que vão buscar em corpo de comunidade as suas casas em tumba própria para nossa igreja, de onde os levam a sepultar na quadra do Claustro, em que fica a Capela de São Boaventura, em treze sepulturas que naquela quadra se acham, e pelas quais darão de esmola oitenta mil réis. Vestem-se os irmãos de opa branca, capuz pardo, e os da Mesa por divisa, uma efígie do Santo, esculpida em escudo de prata. No altar do cruzeiro da igreja, à parte da Epístola, que é o do Santo Patriarca, tem eles outra imagem do seu Santo, por ficar esta aqui patente ao Povo, e aonde o seu Capelão, e Diretor lhes diz missa aos Domingos, e dias Santos, assistido de alguns irmãos com suas tochas para o maior culto deste seu Patrão, e de quem eles se mostram beneméritos filhos.<sup>57</sup>

Entretanto, a crer em seu panegirista Frei Manuel Calado do Salvador, Vieira foi católico fervoroso e generoso. O franciscano registrou em versos sua magnanimidade com a causa da religião: “nestes ofícios de acudir ao pobre, e reformar as santas confrarias, despendia seu ouro, prata e cobre”.<sup>58</sup> Certamente não foi por falta de liberalidade que o nome de Fernandes Vieira não se fez marcar na igreja do convento de Santo Antônio do Recife. A exemplo de Henrique Dias, por que não teria o chefe dos Restauradores, protegido e guiado na guerra pelos milagres de Santo Antônio, estabelecido um vínculo de devoção com o convento do Recife, o qual ajudou a libertar quando comandou a rendição dos holandeses da ilha de Santo Antônio? Por que, após a Restauração, Vieira não tratou de instituir a Ordem dos leigos seráficos no convento do Recife, sendo ele então

<sup>57</sup> JABOATÃO, Frei Santa Maria de. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. III. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980. p. 444.

<sup>58</sup> CALADO DO SALVADOR, Frei Manuel. **O valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade**. v. 1. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1987. p. 229. Frei Manuel Calado do Salvador testemunhou as guerras holandesas e foi um dos panegiristas de Fernandes Vieira. **O valeroso Lucideno** foi publicado pela primeira vez em Lisboa em 1648.

proprietário de engenho na várzea do Capibaribe e um homem de amplos cabedais?

Os registros do funcionamento da confraria de São Benedito na igreja do convento de Santo Antônio aduzem à questão do posicionamento social dos devotos do templo recifense após a Restauração. Ligado à religiosidade dos homens de cor, o culto a São Benedito imprimiu as marcas da devoção das camadas mais subalternas da hierarquia social à igreja do convento. É possível supor que a trajetória social ascendente de Vieira já não era condizente com a falta de prestígio do convento franciscano do Recife, debilitado com a profanação imposta pelos holandeses. Ao fim das guerras flamengas, devido aos cabedais acumulados, ao casamento com D. Maria César, membro da nobreza e, principalmente, por razão dos serviços militares prestados à causa da Restauração, Vieira já figurava entre os “principais” de Pernambuco, a despeito de sua suposta cor parda, seu “defeito mecânico” e de sua “falta de qualidade de origem”. O Restaurador madeirense não descendia da “nobreza do reino”, nem dos primeiros ramos familiares duartinos, proclamados como a “nobreza da terra”, mas logrou ser identificado com o universo simbólico dos colonos proprietários rurais e produtores de açúcar de Olinda, principalmente a partir de 1654, quando se dissiparam os ressentimentos nobiliárquicos contra ele. Ao lado do governador André Vidal de Negreiros (1667), que refutou as ordens de Francisco Barreto de Meneses, feito governador-geral na Bahia, no sentido de transferir a sede do governo da capitania para o Recife, Vieira defendeu a reconstrução de Olinda, em detrimento do Recife, apesar de ele ter exercido o cargo de oficial da Câmara dos Escabinos na povoação, por duas vezes, ao tempo do domínio holandês.<sup>59</sup> O convento franciscano do Recife, identificado com a praça dos comerciantes e com a devoção popular dos homens de cor, não estava à altura das ambições sociais de Vieira. Enquanto senhor de engenho e herói da Restauração pernambucana, Vieira foi um homem integrado ao espírito da açucarocracia de Olinda. Quando de seu falecimento em 1681, começavam a surgir as primeiras fortunas formadas entre o contingente de imigrantes aventureiros advindos do reino para a capitania em atuação nas atividades comerciais no Recife. Vieira não viveu o tempo da afirmação social dos mascates recifenses, homens com “defeitos mecânicos”

---

<sup>59</sup> A Câmara dos Escabinos iniciou seu funcionamento em Olinda. Depois foi transferida para a cidade Maurícia, em 1639, quando da administração de Nassau.

advindos do reino, cujas origens muito se assemelhavam à sua quando aportou em Pernambuco.

A atuação contra o invasor holandês trouxe recompensas pecuniárias e simbólicas para Vieira, embora a remuneração por ele obtida por seus serviços não estivesse à altura de suas expectativas, conforme demonstrou Gonsalves de Mello, ao analisar as certidões e os requerimentos enviados por Vieira ao Conselho Ultramarino. Na análise de Maria Beatriz Nizza da Silva, o percurso ascendente de João Fernandes Vieira, de menino de açougue a senhor de amplos haveres, insere-se na lógica do processo de legitimação dos vassallos do ultramar, que, por serviços prestados ao rei, logravam obter reconhecimento e mercês por seus feitos.<sup>60</sup> As guerras holandesas ensejaram a formação, no ambiente colonial, em especial na capitania de Pernambuco, de uma nobreza civil ou política, assente em serviços prestados, ou por ilustres méritos, que se distinguiu da nobreza de sangue, ou da chamada “primeira nobreza da corte”, detentora dos cargos e dos privilégios da administração central. Os serviços militares para a Restauração da suserania portuguesa em Pernambuco conferiram a Vieira capital social e acesso às instâncias nobiliárquicas do Império. Entretanto, sua enlevação social estava submetida ao sentido de hierarquização da nobiliarquia portuguesa, marcada pela multiplicidade e pela diversidade dos diversos graus de nobreza e de fidalguia. A Coroa jamais concedeu ao madeirense o almejado cargo de governador da capitania de Pernambuco. Dispensado de sua “falta de qualidade de nascimento” e de suas raízes “mecânicas”, Vieira foi feito governador da Paraíba e de Angola, territórios considerados menos importantes do que Pernambuco. Nuno Gonçalo Monteiro, em sua análise sobre o recrutamento dos governadores do Império, mostra que havia uma grande dicotomia entre as capitanias principais e as secundárias. Para as primeiras, eram recrutados os descendentes da “primeira nobreza da corte”, inequivocamente fidalgos. Para o governo das capitanias secundárias, eram indicados os membros da nobreza considerados menos qualificados.<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005. p. 88-90.

<sup>61</sup> MONTEIRO Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). **Modos de governar**. Ideias e práticas políticas no Império português – séculos XVI a XIX. São Paulo: Editora Alameda, 2005. p. 97.

Embora não tivesse logrado conquistar o governo da capitania de Pernambuco, Fernandes Vieira, por ter participado ativamente na luta contra holandeses e ascendido à condição de senhor de engenho, tornou-se um representante autêntico da nobreza gerada em Pernambuco, mas não exatamente um membro da chamada “nobreza da terra”, oriunda dos ramos familiares advindos com os primeiros donatários. De acordo com Cabral de Mello, o estatuto de uma “nobreza da terra” surgiu em Pernambuco após a Restauração, em meio às contradições crescentes entre o comerciante emergente da praça do Recife e o proprietário produtor de açúcar de Olinda, a fim de legitimar a hegemonia política dos descendentes dos “homens principais” da capitania do período *ante bellum*. Ao caráter aristocrático dos descendentes diretos da colonização duartina, alicerçado na constituição de um discurso genealógico, do qual Borges da Fonseca foi porta-voz e representante, foram acrescidos os méritos das guerras holandesas.

Vieira não descendia dos primeiros troncos familiares duartinos. Por isso sofreu à época da Restauração algumas resistências de argumento nativista e nobiliárquico, encabeçadas por seu rival Antônio Cavalcanti Albuquerque, chamado “o da guerra”, que descendia das principais famílias fundadoras da Nova Lusitânia. Entretanto, Fernandes Vieira não deixou de desfrutar de grande prestígio social, identificando-se no modelo de comportamento com a nobreza de Olinda. Em 16 de julho de 1655, foi eleito provedor da Santa Casa da Misericórdia de Olinda, o primeiro após a Restauração. Para a instituição olindense, Vieira legou em testamento bens e esmolas, de modo a ter direito a uma missa rezada por sua alma a cada dia. A provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Olinda era então “a mais honrosa função ao alcance dos membros da açucarocracia”, na expressão de Cabral de Mello.<sup>62</sup> Entretanto, foi seu desejo ser enterrado na igreja de Nossa Senhora do Carmo de Olinda, cujos despojos foram identificados ao pé da capela-mor.

Se Vieira logrou pertencer aos quadros da Misericórdia de Olinda, chegando ao cargo de provedor, tradicionalmente exercido apenas pelos irmãos nobres ou “maiores” ou “de primeira qualidade”, não há registro de seu nome como oficial da Câmara de Olinda, a outra instituição dominada pelos mazombos

---

<sup>62</sup> CABRAL DE MELLO, Evaldo. **Rubro veio**. O imaginário da restauração pernambucana. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 172.

nobres olindenses. Entretanto, seu sogro, o lavrador de cana da várzea do Capibaribe, Francisco Berenguer de Andrada, foi eleito para a Câmara da vila, sob seus auspícios. O exercício do cargo maior de uma agremiação oligárquica, como a provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Olinda, garantia ao Restaurador o reconhecimento de seu posicionamento no topo da hierarquia social da capitania. O nome de João Fernandes Vieira teve vários registros na **Nobiliarquia pernambucana** de Borges da Fonseca. Entretanto, as menções do linhagista ao madeirense não são eloquentes. Surgem brevemente no texto, quando relacionadas a episódios da guerra holandesa e, de forma mais alentada, quando vinculadas ao costado de sua mulher:

D. Maria César, mulher de João Fernandes Vieira, Fidalgo da Casa de Sua Majestade e do seu Conselho da Guerra, Alcaide-Mor da Vila de Pinhel, Comendador das Comendas de São Pedro de Torradas e Santa Eugênia de Celta, da Ordem de Cristo, Mestre de Campo, Governador da Capitania da Paraíba, Governador e Capitão Geral do Reino de Angola, aclamador da liberdade e restauração de Pernambuco e Superintendente das fortificações das Capitanias do norte do Brasil.<sup>63</sup>

## 2.4.

### O Convento de Santo Antônio e os moradores da praça

Após a Restauração, apesar do declínio econômico causado pela ruína do sistema da produção açucareira, das disputas políticas e dos conflitos internos crescentes da capitania, que vieram abalar a supremacia da elite açucareira, a Santa Casa da Misericórdia de Olinda permaneceu como um reduto eminentemente senhorial, suplantando em larga escala em prestígio e distinção social o convento franciscano do Recife. Gilberto Freyre sublinha que a relação dos primeiros benfeitores do convento de Santo Antônio do Recife não era composta pelos “grandes nomes da capitania”, mas por pessoas de origem considerada menos nobre que habitavam a povoação de mercadores e comerciantes. Antes, porém, Frei Santa Maria de Jaboatão, escrevendo seu **Novo orbe seráfico** na década de 1760, identificou alguns homens e mulheres benfeitores do convento recifense, que foram ali sepultados, a partir da segunda

<sup>63</sup> BORGES DA FONSECA, Antônio José Victoriano. v. II. **Nobiliarquia pernambucana**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935. p. 405.

metade do século XVII. Dentre eles, destaca-se o nome de Dona Brites Cabral de Mello, casada com Antônio Coelho de Lemos, que mandou construir, em 1698, uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Saúde, para que ali seu corpo fosse enterrado. Sua filha e herdeira, Dona Luiza de Souza Uchoa, não teve condições de ornamentar a capela nem de manter o pagamento pela sua administração. Isabel Tavares, viúva de Manoel de Pinho, falecida em 1696, foi sepultada no altar-mor da igreja do convento, provavelmente no ano de 1696. Em seu testamento, legou ao convento a casa onde morava no Recife com quintal e poço, para com os rendimentos manter acesa a lâmpada do Santíssimo Sacramento. De acordo com Frei Jaboatão, “Foi sem dúvida esta mulher particular devota, e benfeitora deste convento, pois dos mesmos livros consta lhe fizera várias esmolas, e algumas de bastante vulto”.<sup>64</sup> No altar de Nossa Senhora da Conceição foi sepultado Melchior Álvares, que doou ao convento uma data de terras compradas a Marcos André, próximas “aos mangues do rio Capibaribe, em a qual sorte de terras tem feito muitas moradas de casas de pedra e cal sobradadas, e térreas com muitos coqueiros e outras árvores frutíferas”, como narrou Frei Jaboatão.<sup>65</sup> Apesar de proprietário de terras na várzea do Capibaribe, Frei Jaboatão identifica-o como “morador do Recife”. A sepultura do capitão João de Mendonça foi construída em 1656 no altar de São Francisco, o mais digno da igreja. O capitão legou ao convento uma série de casas situadas na rua do Vigário, no Recife. Dos perfis dos benfeitores mencionados pelo cronista, pode-se aferir que eles foram homens e mulheres de fé, proprietários de alguns bens de raiz e moradores do Recife, não diretamente identificados com a açucarocracia de Olinda.

Alguns dos nomes citados por Frei Jaboatão não constam da **Nobiliarquia pernambucana** de Borges da Fonseca, em cujo estudo genealógico não estão contempladas as linhagens de Dona Brites Cabral de Mello, nem de seu marido. Quanto a Dona Luíza de Souza Uchoa, embora não haja menção direta ao seu nome, Borges da Fonseca destaca a importância do ramo da família Souza Uchoa,

---

<sup>64</sup> JABOATÃO, Frei Santa Maria de. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. III. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980. p. 450.

<sup>65</sup> JABOATÃO, Frei Santa Maria de. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. III. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980. p. 451.

descendentes de Gaspar de Souza Uchoa, vindo para Pernambuco antes da invasão holandesa; e de Marcos André, senhor do engenho da Torre, da várzea do Capibaribe, como de origem fidalga. O genealogista refere-se ao nome de Dona Isabel Tavares como esposa do fidalgo da Casa Real Afonso de Albuquerque, cujo enlace deu origem ao clã dos Albuquerque em Pernambuco no século XVI. A cronologia da vida da devota seráfica, falecida em 1729, não coincide com sua homônima citada por Borges da Fonseca. Quanto ao seu marido, o linhagista faz apenas referência a um escrivão chamado Manoel de Pinho Soares. O nome de Melchior Álvares não aparece na **Nobiliarquia pernambucana**. Entretanto, o capitão João de Mendonça pode ter sido a mesma pessoa registrada por Borges da Fonseca, de origem fidalga, vivente em 1659, no seu engenho Garapu, fundado por João Paes Barreto, na freguesia de Santo Antônio do Cabo. João de Mendonça teria sido membro da Misericórdia de Olinda e teria morrido “sem ter tomado estado”, de acordo com Borges da Fonseca.<sup>66</sup> Embora haja uma discrepância entre os relatos de Frei Jaboatão (1656) e de Borges da Fonseca (1659), relativamente à data de sua morte, é possível crer que o devoto tenha sido o membro da nobreza da terra relacionado pelo linhagista.

## 2.5.

### **O síndico e o provincial, artífices da Venerável Ordem Franciscana do Recife**

Além da relação dos beneméritos, da narrativa de Frei Jaboatão é possível aferir outros perfis de pessoas relacionadas à vida do convento do Recife. Dentre eles, destaca-se a figura central de Joaquim de Almeida, que exerceu a importante função de síndico do convento, ao fim do século XVII, no momento que precedeu à criação da Ordem Terceira do Recife. O síndico, indicado pelo ministro provincial, exercia a gestão das questões legais e administrativas referentes ao patrimônio material, de modo a assegurar a sustentabilidade do convento, uma vez que a Regra franciscana não permitia o domínio ou a posse sobre os bens de raiz por parte dos mendicantes. De acordo com a letra do Estatuto da Província de Santo Antônio do Brasil, modificado em 1705:

---

<sup>66</sup> BORGES DA FONSECA, Antônio José Victoriano. **Nobiliarquia pernambucana**. v. I. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935. p. 495.

O Síndico é Procurador Ecônomo do Sumo Pontífice para maior observância de nossa Regra, e estreita pobreza, ao qual devem os religiosos recorrer com submissão e humildade, pedindo e não mandando que queira satisfazer sua necessidade, que houver no Convento. O Síndico tem autoridade de receber em nome da Sé Apostólica as esmolas que nos fazem os benfeitores, e nos deixam nos seus testamentos, para com elas socorrer as necessidades dos Frades, como é lícito por nossa Santa Regra, e declarações Apostólicas: e assim pode vender aquilo, de que não nos é lícito usar, e o que não nos for de utilidade alguma, para como o preço de tal coisa remediar, e prover os conventos, e religiosos deles.<sup>67</sup>

Segundo o cronista da Ordem franciscana, Joaquim de Almeida, no exercício do cargo de síndico do convento do Recife, foi responsável pelo recebimento de legados: “O síndico Joaquim de Almeida deu ao testamenteiro da mulher do Pinho recibo dos cem mil réis, que deixou, e das casas, em dois de setembro de 1696”.<sup>68</sup> Além de controlar as doações e as esmolas do convento, sua presença na condução das questões relativas ao patrimônio do convento do Recife foi fundamental para a viabilização da criação da Ordem Terceira, um desejo antigo dos moradores da praça, que só veio a ocorrer em 12 de junho de 1695, quando da visita do custódio Frei Jácome da Purificação, que despachou a petição inúmeras vezes rejeitada anteriormente pelos prelados maiores da Ordem. De acordo com Frei Jaboatão:

Muitos anos iam correndo, que os moradores do Recife e Santo Antônio procuravam estabelecer também no convento do Santo a Venerável Ordem Terceira da Penitência, havendo já também nas duas povoações muitos professos deste Santo instituto, uns que haviam tomado hábito no convento de Olinda, e outros a quem o lançavam os mesmos prelados deste convento. Assim foram permanecendo neste bom desejo até o ano de 1695, em que entrando por visitador Geral o P. Frei Jácome da Purificação, custódio atual, que era, e tinha naquelas duas povoações muitos parentes de estimação e valia, movido aos rogos destes, e por ser coisa tanto do serviço de Deus, e bem espiritual daquele Povo, se deu princípio a estabelecer no convento esta Venerável Ordem.<sup>69</sup>

<sup>67</sup> LINS, Eugênio de Ávila. A vida temporal e espiritual das casas franciscanas em face aos estatutos da província de Santo Antônio do Brasil. In: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (Coord.). **Os franciscanos no mundo português**. Artistas e obras. v. 1. Porto: Edição CEPESE, 2009. p. 102.

<sup>68</sup> JABOATÃO, Frei Santa Maria de. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. III. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980. p. 450.

<sup>69</sup> JABOATÃO, Frei Santa Maria de. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. III. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980. p. 464.

O síndico Joaquim de Almeida e o provincial Frei Jácome da Purificação lideraram o processo de instalação da Ordem Terceira da Penitência do Recife, depois de sucessivas petições encaminhadas pelos devotos do patriarca seráfico do povoado. Ao pleito dos moradores do Recife, resistiam os prelados maiores por conta da oposição de alguns irmãos da Ordem Terceira franciscana de Olinda e dos membros do Cabido, localizado na cidade duartina e identificado com os interesses das forças políticas locais – a açucarocracia. O síndico e o custódio lograram vencer o embargo dos olindenses que não desejavam a constituição de uma entidade prestigiosa no Recife. Em 26 de novembro de 1695, o Capítulo dos religiosos, reunido na Bahia, confirmou a ereção da Ordem e designou Frei Jerônimo da Ressurreição para comissário. A pesquisa do cronista da Ordem Terceira do Recife, Fernando Pio, realizada no livro de **Recepções e profissões**, revela que 138 irmãos e 38 irmãs tomaram hábito entre os dias 12 de junho e 31 de dezembro de 1695. Consoante com Frei Jaboatão, Frei Jácome da Purificação foi então também eleito provincial, exercendo influência decisiva para que a Mesa do Definitório consentisse aos novos irmãos o levantamento da capela dos Terceiros e mais

[...] toda terra inclusa no muro do convento que para isso lhes bastasse, só com a condição ou ônus de darem para a comunidade de esmola dois mil réis por cova, e alcatifa de cada um dos seus irmãos; que na sua capela ou casa de exercícios se enterrarem.<sup>70</sup>

Conforme escreveu Fernando Pio, os sacerdotes da Bahia determinaram ao ministro, ao provincial e ao síndico do convento que ajustassem com os irmãos da Ordem Terceira a doação “do terreno ao lado sul do convento, começando do muro junto ao cruzeiro até o outro muro da parte do rio da Boa Vista, correndo pela sacristia da igreja, onde seria edificada a capela da Ordem, com arco para a igreja do convento”.<sup>71</sup> Frei Jácome da Purificação voltou ao Recife em 1696, para a confirmação da doação por parte do convento, por meio de escritura de 9 de abril do mesmo ano, assinada pelo custódio, pelo síndico Joaquim de Almeida e

<sup>70</sup> JABOATÃO, Frei Santa Maria de. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. III. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980. p. 464-465.

<sup>71</sup> PIO, Fernando. **A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e suas igrejas**. Recife: FASA Editora, 2004. p. 15.

pelos irmãos Padre Antônio Alves Pinto, Padre Antônio da Costa Carneiro, Pedro da Cruz, Inácio de Barros, Padre João de Castro, Vigário João de Oliveira Camacho e Domingos Gomes. Foram testemunhas Manuel de Sousa Soares e João Reis. Em 13 de maio de 1696, foi lançada a primeira pedra da capela, em cerimônia liderada por Frei Jácome da Purificação, na presença do governador da capitania de Pernambuco general Caetano de Mello e Castro (1693-1699), conforme consta no manuscrito “Acento e Memória da Fundação da Igreja desta Venerável Ordem Terceira da Penitência, neste Convento de Santo Antônio do Recife”.<sup>72</sup>

Se o religioso articulou a quebra das resistências no plano interno da Ordem franciscana, com o apoio dos frades da Bahia, o síndico, por sua vez, no controle das finanças e do patrimônio do convento recifense, garantiu as doações necessárias para a fundação da Ordem Terceira e o levantamento imediato de sua capela, símbolo maior de independência e de prestígio social dos leigos seráficos. Frei Jácome da Purificação e Joaquim de Almeida, identificados com a comunidade de comerciantes e dos “homens de negócio” do Recife, atuaram decisivamente contra o embargo liderado por Cabido, cujas figuras de destaque pertenciam também à Mesa dos Terceiros de Olinda. Alinhados com os interesses dos produtores de açúcar, tradicionalmente instalados no Senado da Câmara e na Santa Casa da Misericórdia da vila, os membros do Cabido de Olinda defendiam a supremacia da vila duartina, centro eclesiástico da capitania, ameaçada pela riqueza emergente dos comerciantes da praça, chamados pejorativamente de mascates, que ansiavam por legitimação social e por ocupar os “cargos honrosos da república”.

Na expressão de Cabral de Mello, Joaquim de Almeida foi “uma espécie de patriarca do grêmio mascatal”.<sup>73</sup> Nascido em Vila Nova de Gaia, norte de Portugal, Joaquim chegou à capitania de Pernambuco provavelmente nos anos 1660, ainda moço, sem exercer atividade conhecida. Seu pai, Francisco de Almeida, fora comerciante de linho e um de seus avós exercia o ofício de marceneiro. Sua descendência revelava a origem de “pessoa de segunda condição”

---

<sup>72</sup> PIO, Fernando. **A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e suas igrejas**. Recife: FASA Editora, 2004. p. 16-17.

<sup>73</sup> CABRAL DE MELLO, Evaldo. **A fronda dos mazombos**. Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003. p. 153.

no reino. De acordo com o Padre Antônio Gonçalves Leitão, cronista partidário da nobreza da terra, transcrito por Fernandes da Gama em suas **Memórias históricas da província de Pernambuco**, Joaquim de Almeida começara a vida como “moço de mulato”, a serviço de um comerciante ou lojista de cor.<sup>74</sup> No Recife, ascendeu a “mercador de sobrado”, ou de “grosso trato”, uma categoria considerada menos vil e de mais prestígio social, por dispensar o trabalho manual.

Joaquim de Almeida progrediu no Recife em meio à onda imigratória de aventureiros advindos do reino, geralmente cristãos-velhos oriundos do meio rural, que aportaram na capitania, após o domínio holandês, em busca de oportunidades. Segundo Cabral de Mello, “pode-se conjecturar que, de criado de mascate, Joaquim tivesse passado a negociante por conta própria, medindo e pesando com suas mãos e, daí a mercador de sobrado, isto é em grosso”.<sup>75</sup> Ele teria sido “o cano por onde caminhavam os negócios, assim para a justiça como para a mercancia”, de acordo com a denúncia da Câmara de Olinda, que também o acusou de ter acumulado muito dinheiro na intermediação na venda de farinha de mandioca de Itamaracá para o Recife, conforme aferiu Cabral de Mello.<sup>76</sup> Joaquim de Almeida foi também arrematador da cobrança de impostos, tendo sido o responsável pela coleta do donativo de um cruzado por caixa de açúcar embarcada para as obras de melhoramento do molhe do porto do Recife. O historiador apurou ainda que a primeira notícia registrada sobre a presença de Joaquim de Almeida na capitania ocorreu em 1681, quando ele e a mulher ingressaram na Irmandade recifense das Almas do Corpo Santo. Alguns anos depois, seu nome aparece em uma representação relacionada ao comércio do Recife. Em 1689, seus defeitos mecânicos são dispensados pelo rei para que recebesse a comenda da Ordem de Cristo. Foi designado capitão de ordenanças do Recife pelo governador D. Matias de Figueiredo e Melo. Prestou vários serviços à Coroa, emprestando soldados e escravos para as obras de reconstrução da fortaleza do Brum. Participou também da organização de expedições contra o Quilombo dos Palmares. Ao tempo que ocupou o cargo de síndico do convento de Santo Antônio e interveio para a

---

<sup>74</sup> GAMA, José Bernardo Fernandes da. **Memórias históricas da província de Pernambuco**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1977. p. 134.

<sup>75</sup> CABRAL DE MELLO, Evaldo. **O nome e o sangue**. Uma parábola familiar no Pernambuco colonial. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. p. 285.

<sup>76</sup> CABRAL DE MELLO, Evaldo. **O nome e o sangue**. Uma parábola familiar no Pernambuco colonial. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. p. 285-286.

criação da Ordem Terceira recifense, Joaquim já era provavelmente um homem de amplos cabedais, um autêntico “homem de negócio do Recife”, que atuava em diversos campos de atividades rendosas, majoritariamente urbanas: no comércio negreiro, nos empréstimos usurários, na arrematação de cobrança de impostos, na especulação imobiliária, no atravessamento de gêneros e na venda de cargos públicos.

Em 30 de janeiro de 1695, Joaquim de Almeida assinou o termo de irmão da Santa Casa da Misericórdia de Olinda, sem, entretanto, jamais alcançar a condição de irmão de “primeira qualidade”. As regras de admissão das Misericórdias prescreviam aos irmãos de “primeira qualidade” não apenas “limpeza de sangue”, mas também a condição de não trabalhar com as próprias mãos. Se Joaquim não tinha nas veias sangue maculado de judeu, mouro, africano ou de indígena, sua origem mecânica não o permitiu ingressar no topo da hierarquia da instituição olindense. Do mesmo modo, quando foi autorizada pela rainha regente Dona Catarina de Bragança a participação dos mercadores recifenses na Câmara de Olinda, em 1703, graças às manobras dos comerciantes recifenses em Lisboa, Joaquim entrou para a corporação municipal, dominada pela nobreza da terra, como vereador votante nas eleições municipais. Os votantes eram divididos em dois colégios, cada um indicando três dos seis eleitores em segundo grau. Os recifenses tiveram uma participação minoritária, cabendo-lhes o zelo pelos bens municipais. Mas estavam impedidos de exercer os ofícios de maior honra, como o de juiz ordinário e o de vereador mais velho. No Senado da Câmara e na Santa Casa da Misericórdia de Olinda, o “mascate” recifense ocupou posições de menores, muito aquém de suas ambições de legitimação, honra e prestígio social.

No Livro Primeiro de Termos de Entradas e Profissões de Irmãos 1695-1719, o nome de Joaquim de Almeida consta como o primeiro irmão inscrito na Ordem Terceira de São Francisco do Recife. Para Cabral de Mello, a primazia revela que Joaquim era então “figura de proa da comunidade mascatal”.<sup>77</sup> A despeito da origem cristã-velha e dos cabedais acumulados, que o habilitavam a “viver a lei da nobreza”, a Santa Casa da Misericórdia e o Senado da Câmara de

---

<sup>77</sup> CABRAL DE MELLO, Evaldo. **O nome e o sangue**. Uma parábola familiar no Pernambuco colonial. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. p. 284.

Olinda, pilares do poder local dominados pela nobreza do açúcar, não absolviam por inteiro sua condição social de mercador reinol. Para as aspirações sociais de Joaquim e dos homens de negócio do Recife, a formação da tradicional Ordem Terceira no Convento de Santo Antônio do Recife, ligada à tradição católica do reino, representava um espaço alternativo de sociabilidade e de prestígio social, livre da hegemonia restritiva da nobreza da terra. Consoante com Cabral de Mello, a Ordem leiga seráfica do Recife “funcionou como a contrapartida mascatal da Santa Casa olindense, seja no plano simbólico do prestígio, seja no prático dos serviços dispensados aos sócios”.<sup>78</sup>

Com efeito, o Senado da Câmara e a Santa Casa da Misericórdia de Olinda avocavam as regras de estratificação social que compunham a ordenação política do Império português no Antigo Regime, para excluir das posições cimeiras os comerciantes do Recife, homens com “defeitos mecânicos”. Entretanto, enquanto espaços sociais e simbólicos exemplares, as instituições olindenses não se mostravam tão inflexíveis quanto ao requisito de “limpeza de sangue”, uma vez que, entre os membros da dita nobreza da terra, definidos como uma casta de fidalgos descendentes do primeiro donatário, havia famílias de costado sefardita.<sup>79</sup> Se os nobres de Olinda relevavam o rigor para o ingresso de homens de sangue impuro em suas instituições, a criação da Ordem Terceira de São Francisco do Recife, composta majoritariamente por comerciantes cristãos-velhos oriundos da zona rural do reino, tornou-se um reduto quase exclusivo não da linhagem genealógica dos descendentes dos primeiros colonos, mas dos comerciantes emergentes cristãos-velhos da praça. Para Joaquim de Almeida, a criação e o pertencimento à Ordem dos leigos franciscanos do Recife equivaliam à conquista de um sinal distintivo de nobreza, uma vez que, assim como as Misericórdias, as Irmandades seráficas, por todo o Império, também conformavam núcleos selecionados, onde vigoravam princípios rigorosos de admissão. Se, no plano simbólico, a Ordem Terceira franciscana do Recife tornou-se um palco de exercício e visibilidade da mitologia nobiliárquica, onde seus membros se davam

---

<sup>78</sup> CABRAL DE MELLO, Evaldo. **A fronda dos mazombos**. Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003. p. 156.

<sup>79</sup> A questão da presença de sangue judaico nas veias de alguns colonos da Nova Lusitânia foi estudada por Cabral de Mello, na análise do caso da polêmica das provanças de Felipe Paes Barreto para ingresso na Ordem de Cristo, e publicada em CABRAL DE MELLO, Evaldo. **O nome e o sangue**. Uma parábola familiar no Pernambuco colonial. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ao espetáculo de ênfase litúrgica e de riqueza aparente, faltava à trajetória ascendente do mascate recifense a governança dos “cargos honrosos da república”, conquanto a Câmara de Olinda resistisse em admitir, em primeiro plano, os comerciantes do Recife, ainda que fossem de “grosso trato”, o que era facultado em algumas Câmaras do Império.<sup>80</sup> A vereança plena só veio a ser alcançada por Joaquim com a elevação do Recife à categoria de vila, em cujo processo de emancipação política ele tomou parte ativamente, conforme será examinado em outro capítulo da presente tese.

Na Ordem Terceira franciscana do Recife, Joaquim de Almeida ocupou o cargo de ministro entre 1696 e 1697, quando foi confirmada a doação do terreno do convento aos Terceiros. Sua esposa, D. Luiza Catanho, filha do capitão de infantaria que serviu na guerra contra os holandeses, Belchior da Costa Rebelo, e de D. Isabel de Figueiredo, natural da Paraíba, foi eleita ministra irmã entre os anos de 1697 e 1698. Joaquim voltou a ser ministro da entidade entre 1702 e 1703. Na Pauta dos Irmãos Ministros da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Recife, consta que o mercador renunciou ao cargo de ministro em 1705, sendo substituído por João Barbosa Pereira. É possível supor que o processo de criação da Ordem Terceira e seu ingresso na Mesa da Ordem da entidade representaram para Joaquim e para sua esposa um importante degrau na escalada social do mascate na capitania. Embora profundamente identificado com os comerciantes do Recife e rejeitado pela nobreza da terra, que zombava de sua figura caolha, o nome de Joaquim encabeça a linhagem dos Almeida Catanho na **Nobiliarquia pernambucana** de Borges da Fonseca.

Conforme destacou Cabral de Mello, seus descendentes não cumpriram o princípio das relações endogâmicas dos mascates. Seu neto Francisco Antônio de Almeida contraiu matrimônio com uma Sá e Albuquerque e seguiu carreira burocrática como escrivão da Fazenda Real. “Desse matrimônio, surgirá a família

---

<sup>80</sup> Consoante com Nuno Gonçalo Monteiro, a legislação de 1651 determinava que, à governança dos municípios do reino e do Império, aplicava-se a regra de não admissão “de mecânicos e nem peão algum senão nobres das partes, e qualidades para isso, e filhos de nobres”. Entretanto, o autor mostra que a cultura política portuguesa do Antigo Regime foi marcada pela singularidade da identificação entre ser nobre e viver como tal, “viver a lei da nobreza”, o que ensejou uma permeabilidade à incorporação a esta categoria de grupos localizados socialmente fora da nobreza rural e raiz medieval, tais como os letrados, os juristas, negociantes e membros do oficialato. Conforme Monteiro, o recrutamento para as Câmaras dava-se entre os “principais”, aqueles homens de “conhecida nobreza”. No entanto, havia Câmaras menos seletas compostas por funcionários, oficiais de ordenança, bacharéis e também por comerciantes.

Almeida de Albuquerque, na síntese patronímica do mascate e do fidalgo”, na observação de Cabral de Mello.<sup>81</sup> Ao findar o século XVIII, Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque, seu descendente, casou com a filha de Borges da Fonseca. Talvez por este motivo, e também pelo fato de Joaquim ter sido admitido na Santa Casa da Misericórdia e de ter sido oficial da Câmara de Olinda, seu nome tenha merecido o registro de Borges da Fonseca:

Teve princípio esta família em Joaquim de Almeida, Cavaleiro da Ordem de Cristo, que do termo de Irmão da Misericórdia de Olinda, que assinou em 30 de janeiro de 1695, consta ser natural de Vila Nova do Porto e filho de Francisco de Almeida e de sua mulher Maria da Rocha, o mesmo consta de seu testamento que se acha no Cartório do Juízo Eclesiástico dos Resíduos, que foi aprovado no Recife pelo Tabelião Manoel Cardoso Rebelo ao 1 de fevereiro de 1718 e aberto a 10 de setembro de 1720, dia em que faleceu e do qual se vê que possuiu grossos cabedais, deixando largas esmolos principalmente aos Conventos do Recife e de São Francisco de Olinda e a casa da Misericórdia da mesma Cidade e mandando dizer perto de 1.200 missas. No ano de 1689, o achamos já servindo de Capitão da Ordenança do Recife por patente do senhor Bispo governador D. Mathias de Figueiredo Mello de 21 de março, e referendada pelo Senhor Governador Antônio Luiz Gonçalves da Coutinho, a 11 de junho do mesmo ano. E deste processo passou ao de Tenente Coronel do Regimento da Ordenança. Também o achamos no ano de 1703 servindo na Câmara de Olinda, e quando se criou a do Recife no ano de 1710, ele foi o primeiro Vereador.<sup>82</sup>

A trajetória social ascendente de Joaquim de Almeida na capitania de Pernambuco não coincide com o legado biográfico conhecido do franciscano de Frei Jácome da Purificação, classificado pela Câmara de Olinda como “o flagelo dos filhos de Pernambuco”, por conta de suas intercessões em Lisboa, junto ao Conselho Ultramarino, em favor dos comerciantes do Recife.<sup>83</sup> Nas **Memórias históricas da província de Pernambuco**, de Fernandes Gama, que transcreve o Padre Antônio Gonçalves Leitão, Frei Jácome é descrito como um agente de conduta desregrada a serviço da causa dos mascates na corte:

<sup>81</sup> CABRAL DE MELLO, Evaldo. **O nome e o sangue**. Uma parábola familiar no Pernambuco colonial. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. p. 289.

<sup>82</sup> BORGES DA FONSECA, Antônio José Victoriano. **Nobiliarquia pernambucana**. v. I. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935. p. 181.

<sup>83</sup> CABRAL DE MELLO, Evaldo. **A fronda dos mazombos**. Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003. p. 245.

Apoiados nesses ministros, que haviam comprado, os Mercadores seguros se davam os parabéns de tudo quanto tinham feito e haviam despendido, sendo-lhes a mais útil de todas as despesas a que fizeram na compra desses Ministros em Lisboa, e das personagens que naquela corte ficaram, para lhes serem propícias; assim como na de um Frei Jácome, Frade franciscano, que para enredar e sustentar a causa dos Mascates, destes os mais ricos do Recife, o sustentavam em Lisboa a todo custo, e ele a todos satisfazia no emprego, já pelo que com ele despendiam, e já para à larga viver escandalosamente fora do seu Convento.<sup>84</sup>

Frei Jácome da Purificação certamente não gozava do apreço dos olindenses, por suas injunções a favor dos mascates recifenses. Entretanto, curiosamente, Borges da Fonseca incluiu na sua **Nobiliarquia pernambucana** uma “nota” elaborada a partir de seu processo de gênero, que traça um interessante perfil de sua longa trajetória biográfica. A julgar pelas informações contidas na “nota” de Borges da Fonseca, Frei Jácome da Purificação partilhou com os mascates recifenses a imigração do norte de Portugal para Pernambuco. Ele parece ter sido também “sem qualidade” de nascença. O posto de provincial franciscano pode tê-lo qualificado para fazer seu nome constar da **Nobiliarquia** de Borges da Fonseca:

Notícia do Padre Fr. Jacome da Purificação Ex Provincial da Província do Brasil, tirada do seu instrumento de gênero. Jacome Raymonde, filho legítimo de Domingos Alves de Matos e de Francisca Luis, moradores da vila de Arusara, bispado do Porto, por morte de sua mãe, veio menino para Pernambuco com seus irmãos na companhia de seu pai. Teve a sua criação em Pernambuco, onde aprendeu e foi admitido, à religião de São Francisco na Custódia do Brasil, pelo Padre Custódio Frei Manoel de Cristo; e posto que não consta o dia, mês e ano de sua entrada nem também de sua profissão, conformando-se com o termo de abertura do instrumento de gênero, e que faz o Prelado do convento em que alguns pretendem que recebeu o hábito, digo, que Jacome Raymunde recebeu o hábito em 24 ou 25 de julho de 162 [...]. A abertura deste instrumento foi feita pelo Padre Frei Felipe de São Boaventura, Guardião de Olinda, e no mesmo convento, segue-se que nele foi noviço, Jacome Raymonde, que na profissão chamou-se Fr. Jacome da Purificação. Achou-se o instrumento de gênero no cartório do convento de Ipojuca. Reporto-me em tudo que digo, ao mesmo instrumento, sem que faça dúvida ser ele achado no Cartório de Ipojuca porque na entrada do holandês, cada um dos religiosos carregou o que pôde para onde o levou a fortuna [...]. Faleceu o Padre Fr. Jacome da Purificação, vindo de Portugal, na barra do Recife em 3 de dezembro de 1727, no mesmo dia foi sepultado no Convento de Santo Antônio do Recife, contando de religião cento e seis para sete anos, que tantos vão de 24 de julho de 1620, em que o julgo recebendo o hábito, a 3 de dezembro de 1727 em que faleceu. No recebimento do

<sup>84</sup> GAMA, José Bernardo Fernandes da. **Memórias históricas da província de Pernambuco**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1977. p. 179.

hábito teria de idade quinze para dezesseis anos, quando não tivesse mais anos e juntos estes anos de secular aos de religioso, fazem todos seguramente cento e vinte e dois anos. Tantos viveu este Padre e com ser a sua idade esta ainda se embarcou e passou o mar de Lisboa a Pernambuco.<sup>85</sup>

Em seu **Novo orbe seráfico**, decorrendo sobre os provinciais franciscanos, Frei Santa Maria de Jaboatão dedicou à saga de Frei Jácome da Purificação e de suas injunções internas e externas à vida conventual, em que acabou por ser preso no convento do Recife, a seguinte passagem:

OM.R.P. Fr. Jácome da Purificação, Pregador. Foi Guardião da Paraíba e do Recife, de onde subiu a Custódio no Capítulo passado, e com este emprego foi a Capítulo Geral celebrado em Vitória, cidade de Castela, em 1694, em que saiu por Ministro Geral de toda a Ordem o Reverendíssimo Frei de Boaventura Pocio, italiano, e Comissário Geral da Família Cismontana, o Reverendíssimo Frei Fernandes de la Torre, de quem trouxe patente para Visitador Geral, e Presidente do Capítulo, com faculdade para poder renunciar esta depois de feita a Visita, a ser eleito em Provincial, como foi no Capítulo seguinte celebrado na Bahia, em 26 de novembro de 1695, em que presidiu por renúncia sua o Padre Loreto, por Comissão da mesma patente de Sua Reverendíssima. Em três de Agosto de 1697 fez Congregação, e governou até o Capítulo seguinte, três anos, dois meses e alguns dias mais. Do Convento da Bahia, acabada a ocupação de Ministro, se passou para o do Recife em Pernambuco, do qual no seguinte ano preocupado de um temor pânico, que lhe haviam introduzido alguns Internúncios do Padre Loreto, com quem se não havia contemporizado, nas direções do seu governo, sugerindo-lhe aqueles ter o Guardião da Casa ordens do provincial e Definidores para o prenderem, acreditando verdade, o que só era estratégia para o precisarem a algum excesso, com que desse ocasião a que mostrassem fazer obrigados, o que desejavam voluntários, saindo uma tarde, como a divertir à cerca do Convento, ou porque o tivesse comunicado aos mesmos, que a isso o incitavam, ou porque lhe andassem à espreita, lá foi buscar o Guardião, e com pretexto de fugitivo o trouxe para o Convento; e de uma cela em que o puseram a seguro, fez precisado o mesmo, que eles queriam; e com leigo, que lhe servia e guarda, e carcereiro, e adjutório de alguns parentes de muitos, e abastados que tinha na praça do Recife, se ausentou para o Reino, onde consumidas com o tempo as razões passadas o convidaram algumas vezes a tornar para a Província, os mesmos, que lhe haviam dado motivo para ausentar-se dela; e que não quis executar, quando rogado, veio a fazer depois voluntário, e tendo de idade alguns noventa anos, se embarcou do reino para o Brasil, e à vista da barra de Pernambuco, faleceu no mar, e sendo recebido morto na mesma Casa, donde saíra vivo, havia trinta anos, foi sepultado no próprio Convento do Recife, em três de dezembro de 1727. Havia professado nesta Província em quatro de outubro de 1668.<sup>86</sup>

<sup>85</sup> BORGES DA FONSECA, Antonio José Victoriano. **Nobiliarquia pernambucana**. v. I. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935. p. 180.

<sup>86</sup> JABOATÃO, Frei Santa Maria de. **Novo orbe seráfico brasilico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. I. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979. p. 326-328.

Embora, no trecho acima, Frei Jaboatão não faça referência específica à ação decisiva de Frei Jácome da Purificação no processo de instituição canônica da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Padre Seráfico do Recife, a entidade foi fundada a partir da determinação conjunta do síndico mascate e do religioso, este tido como líder de uma campanha vitoriosa pela causa dos comerciantes da praça na corte.<sup>87</sup> O leigo e o frei franciscano imprimiram à Ordem Terceira do Recife, no seu nascedouro, a matriz de uma instituição composta por homens e mulheres relacionados quase que exclusivamente à comunidade mercantil do Recife. A narrativa do episódio da morte de Frei Jácome, aos improváveis 120 ou aos 90 anos de idade, foi recorrente nos seus relatos biográficos mencionados. Ao descrever o retorno e a morte de Frei Jácome, acontecida a bordo, na barra do porto, vetor principal da riqueza dos “homens de negócio” do Recife, para onde seu corpo morto retornou para ser sepultado no convento de Santo Antônio, Frei Jaboatão delineia também uma espécie de alegoria barroca relativa ao “éthos” marítimo e comercial do Recife e da agremiação seráfica dos leigos da nova vila.

---

<sup>87</sup> De acordo com Cabral de Mello, ao regressar a Lisboa, Frei Jácome, ao lado de alguns oratorianos e com o apoio dos comerciantes lisboetas associados aos recifenses, atuou aliciando as autoridades laicas em favor da causa dos mascates, para a qual D. João V não teve a mesma resistência que D. Pedro II. Ao ser exposta, pelo governador D. Fernando Martins Mascarenhas e Lancastre (1699/1703), a conveniência da criação da vila do Recife, D. Pedro II respondeu por carta régia de 28 de janeiro de 1700: “por nenhuma maneira se deve pôr em prática este arbítrio da divisão do Recife da cidade de Olinda, pois, por repetidas ordens, tenho recomendado a sua conservação”. Em 19 de novembro de 1709, D. João V emitiu a carta régia autorizando a criação da vila do Recife: “Sebastião Castro e Caldas – Eu El Rei vos envio muito saudar. Havendo visto o que informastes sobre a assistência dos Governadores e Ministros ser na cidade de Olinda e não no Recife, como costumam, e sendo informado das razões que há mais forçosas para esta mudança por Ministros que servirão nesta capitania, e ser justo se evitem as desuniões que há entre os moradores da cidade de Olinda com os do Recife. Fui servido permitir que se crie em vila o mesmo Recife e que vós com o Ouvidor Geral lhe façais o termo que entenderdes para caber no distrito da mesma vila, e que o Juiz de Fora faça as audiências uma semana em Olinda e outra no Recife, assim como se faz neste Reino em algumas vilas”. Apud MELO, Mário. *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. XXXVI, Separata, 1941. p. 23.